- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 82
03/02/06 a 09/02/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck (redator responsável) e Maria Paula de Barros Cantusio.

Brasil e Argentina instituíram salvaguardas no comércio bilateral

Brasil e Argentina assinaram, no dia 01 de fevereiro, um acordo bilateral que possibilita a ambos acionarem mecanismos de proteção a seus mercados quando comprovarem danos a um setor – por meio de cotas de importação. O denominado Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) causou discordâncias dos setores industriais brasileiros, que vêem o acordo como um retrocesso no processo integrativo do Mercosul. Mas o governo brasileiro argumentou que o acordo garante maior previsibilidade às relações comerciais bilaterais, evitando decisões unilaterais de restrição comercial. Apesar de ainda estar passando por trâmites para começar a valer, a medida deverá ser rapidamente adotada por ambos países. O Brasil já levantou a possibilidade de restringir a importação de produtos argentinos como trigo, arroz e vinho, o que preocupou os argentinos. Já a Argentina deverá acionar em breve o novo modelo de salvaguarda para frear o crescimento das importações brasileiras no setor têxtil. A adoção da MAC também desagradou ao Uruguai e ao Paraguai, países- membros do Mercosul que foram excluídos da negociação. Neste sentido, o governo paraguaio convocou uma reunião extraordinária de chanceleres do bloco econômico para tratar do tema no próximo dia 15 de fevereiro, em Buenos Aires. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/02/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 04/02/06; O Globo – Economia – 03/02/06; O Globo – Economia – 04/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 07/02/06; O Globo – Economia – 07/02/06; O Globo – Economia – 09/02/06).

Brasil e Argentina negociaram liberalização do comércio de automóveis

Representantes de montadoras do Brasil e da Argentina se reuniram em Buenos Aires, no dia 09 de fevereiro para tentar chegar a um acordo de liberalização do comércio no setor automotivo. O assunto é discutido desde 2001 e em dezembro de 2005 foi decidido que todas as tarifas e restrições seriam suspensas no mês passado, mas os argentinos novamente pediram um adiamento do prazo. Agora, os comerciantes brasileiros pretendem que, até junho, seja estipulado um novo prazo para a entrada em vigor das regras de livre comércio e que este não ultrapasse dois anos. O setor automotivo é o único que pode ter um acordo próprio no âmbito do Mercosul e é o maior item da pauta comercial entre os dois países. (O Estado de S. Paulo – Economia – 08/02/06; O Globo – Economia – 08/02/06).

Brasil embargou carne argentina

A Argentina informou, no dia 08 de fevereiro, ter detectado um foco de febre aftosa em um rebanho na Província de Corrientes, próxima à fronteira com o Paraguai e a 280 Km do estado do Rio Grande do Sul. O governo argentino acredita que o vírus seja originário do Brasil ou que a vacina aplicada no ano passado tenha falhado. O governo brasileiro decidiu, então, embargar as importações de animais e carnes procedentes de Corrientes, ainda no dia 08, mas carnes maturadas e desossadas ficaram fora da proibição, seguindo as mesmas diretrizes tomadas pelo governo argentino quando foi detectado foco de aftosa no Brasil, em outubro de 2005. O governo brasileiro também reforçará a fiscalização na região da fronteira próxima ao local do foco para evitar o trânsito de animais e recomendará ao serviço sanitário que acelere a vacinação do gado da região. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/02/06; O Globo – Economia – 09/02/06).

Países do Mercosul discutirão medidas para reforçar os aspectos sociais da integração

Preocupado com a ênfase dada à política comercial dentro do Mercosul, principalmente depois da assinatura do mecanismo de salvaguardas entre os governos brasileiro e argentino, o novo presidente da Comissão Permanente de Representação do bloco, o argentino Carlos “Chacho” Alvarez, visitou o Brasil para apresentar um programa de ações a ser discutido pelos países do bloco econômico. Para Alvarez, a política de integração do Mercosul é mais ampla que a comercial e para reforçar os aspectos sociais do bloco, serão criados uma Escola Regional de Formação de Funcionários Públicos, um Plano Estratégico para Zonas de Fronteiras e um Instituto Social para o Combate à Pobreza, que deverá levantar indicadores sociais e adotar políticas sociais comuns. Os detalhes sobre o programa serão divulgados em 26 de março, quando o Mercosul faz 16 anos.
(Folha de S. Paulo – Dinheiro - 07/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 07/02/06).

Assessor brasileiro foi à Bolívia negociar acordo entre estatais petrolíferas

O assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, desembarcou em La Paz, no dia 07 de fevereiro, para encontrar-se com o presidente boliviano Evo Morales. O objetivo da visita foi fazer um levantamento sobre áreas em que o Brasil poderá cooperar com a Bolívia. Depois de uma reunião com os ministros das Relações Exteriores, dos Hidrocarbonetos e também com o presidente Yacimientos Petrolíferos Bolivianos (YPFB), Garcia informou que a estatal brasileira Petrobrás vai se associar à estatal petrolífera boliviana para explorar petróleo na Bolívia. Nas próximas semanas, técnicos da Petrobrás deverão desembarcar em território boliviano para concluir as negociações. (O Estado de S. Paulo – Economia – 08/02/06; O Globo – O Mundo – 08/02/06).

Forças de Paz da ONU acompanharam eleições no Haiti

A Força de Estabilização da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, comandada pelo Brasil, acompanhou o processo eleitoral no país caribenho no dia 07 de fevereiro. Cerca de 7.500 soldados e 2 mil policiais foram mobilizados para distribuir o material eleitoral e dar segurança aos eleitores. A votação, marcada para iniciar às 6 horas da manhã só começou ao meio-dia devido ao atraso da chegada do material e ao tumulto causado pela enorme quantidade de pessoas que compareceram às eleições, mesmo não havendo obrigatoriedade de votar. Em Bel-Air, Saint-Gérard e Croix-des-Bouquets o contingente brasileiro teve que intervir com bombas de gás lacrimogêneo e tiros para o ar. A violência durante as eleições provocou quatro mortes e deixou dezenas de feridos. As votações foram encerradas somente no começo da noite e houve anulação de votos de algumas seções, por fraude, mas nada comparado às eleições anteriores. O general brasileiro José Elito Siqueira, que comanda as tropas da ONU no país, apesar de ter declarado que o clima foi de tranqüilidade durante as votações, anunciou que o esquema de segurança montado para a eleição será mantido até que o novo presidente tome posse. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 05/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 06/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 08/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 09/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/02/06; O Globo – O Mundo – 07/02/06; O Globo – O Mundo – 08/02/06; O Globo - O Mundo – 09/02/06).

Trabalho de soldados brasileiros foi elogiado no Haiti

Os soldados brasileiros recrutados para a missão de estabilização do Haiti, têm

recebido elogios pelo trabalho realizado na favela de Bel Air, em Porto Príncipe. A região, até pouco tempo considerada uma das zonas proibidas da cidade, deixou de ser evitada pelos motoristas. Já os jordanianos, cujo contingente é maior que o brasileiro, têm sido criticados pelo excesso de violência em Cité Soleil, região pela qual são responsáveis. Assim, há rumores de que os capacetes azuis brasileiros passem a atuar em Cité Soleil, sendo substituídos por chilenos e argentinos em Bel Air e os jordanianos irem para o interior do país, uma região mais calma. Entretanto, o general brasileiro José Elito Siqueira, que comanda a missão, descartou a possibilidade de que as substituições sejam feitas no momento, mas informou que, após o resultado das eleições, discutirá com o novo presidente a ocupação de Cité Soleil por tropas da Minustah em cooperação com a Polícia Internacional das Nações Unidas e com a Polícia Nacional do Haiti, para expulsar as gangues e bandidos da favela. (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/02/06).

Brasil não ficou satisfeito com corte de subsídios americanos

O governo brasileiro considerou insuficiente o corte de subsídios aos produtores de algodão dos Estados Unidos aprovado pelo congresso americano dia 01 de fevereiro. A redução da ajuda aos produtores americanos é parte do cumprimento de uma decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), que deu ganho de causa ao Brasil em um contencioso sobre o tema em março de 2005. O governo brasileiro chegou a solicitar direito de retaliação aos EUA em setembro do ano passado uma vez que os americanos não haviam cumprido com a determinação do organismo. O corte produzirá efeitos apenas a partir de agosto de 2006 e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro informou que continuará em contato com autoridades norte-americanas até o cumprimento pleno da determinação da OMC. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/02/06).

EUA sobretaxaram suco de laranja brasileiro

O governo norte-americano confirmou, no dia 08 de fevereiro a imposição de sobretaxas de 9,73% a 60.92% ao suco de laranja brasileiro. Os produtores dos Estados Unidos acusaram os concorrentes brasileiros, em dezembro de 2004, de praticarem dumping, vendendo o produto abaixo do preço de custo. Desde agosto de 2005 a decisão de taxar o suco proveniente do Brasil já havia sido tomada, de forma preliminar, mas só em fevereiro as sobretaxas foram definidas. A atitude de Washington não agradou ao governo brasileiro, que aguardará o relatório final da International Trade Comission (ITC), órgão dos EUA que interpretou que as exportações brasileiras eram uma ameaça para os produtores norte-americanos, para decidir se recorrerá à Organização Mundial do Comércio (OMC). As taxas são variadas e atingem de maneira diferenciada cada uma das empresas exportadoras do Brasil, que agora receberão menos pelo produto. (Folha de S.

Paulo – Dinheiro – 09/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/02/06; O Globo – Economia – 09/02/06).

UE avaliou situação da aftosa no país

Uma missão da União Européia (UE) que esteve no Brasil para verificar as ações de combate à febre aftosa concluiu seus trabalhos no dia 03 de fevereiro. Os europeus criticaram a demora brasileira em reconhecer o foco da doença no estado do Paraná, mas mostraram-se satisfeitos com as medidas adotadas pelo Mato Grosso do Sul. O relatório das vistorias sairá em 20 dias e um representante do Ministério da Agricultura deverá ser enviado à Bruxelas à fim de responder as questões levantadas pelo documento. Em março o Chile deverá enviar delegação semelhante ao país. Na tentativa de evitar situações como as que o Brasil passou com a detecção dos focos de febre aftosa, o governo brasileiro proporá a Organização Mundial do Comércio (OMC) um novo acordo para que o surgimento de focos de doenças fitossanitárias em determinada região de um país não ocasione embargo excessivo de países importadores. O argumento do governo brasileiro é de que vários dos 56 países que apresentaram alguma restrição à carne nacional o fizeram, inclusive, de locais livres da doença. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/02/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 04/02/06).

Brasil buscou parceria da Rússia no setor de gás natural

Representantes da estatal brasileira Petrobrás reuniram-se, no Brasil, com uma comitiva da empresa russa Gazprom, que opera um dos maiores gasodutos do mundo (com 4 mil quilômetros), para iniciar conversas sobre troca de tecnologias e futuros projetos em conjunto. O governo brasileiro quer buscar na Rússia experiência na construção de grandes gasodutos já que pretende ampliar sua malha nacional de transporte de gás e dar prosseguimento aos estudos para a construção do gasoduto internacional que interligará Brasil, Venezuela e Argentina. Além disso, a estatal brasileira também pretende adquirir com os russos conhecimentos em tecnologias como o armazenamento de gás natural em depósitos subterrâneos, medida que pode contribuir para a regulação do mercado em períodos de baixo consumo. No final do mês de março, técnicos da Petrobrás irão à Rússia para continuar a discutir possíveis parcerias entre as duas empresas. (O Estado de S. Paulo – Economia – 09/02/06).

Rússia pretende conseguir acordos com o Brasil em vista da viagem de Marcos Pontes ao espaço

A Rússia já começou à cobrar o Brasil pela oportunidade que está dando ao país de enviar pela primeira vez um astronauta brasileiro ao espaço. No mês de março,

o brasileiro Marcos Pontes irá para a Estação Espacial Internacional (ISS) à bordo de uma nave russa, cuja tripulação ainda conta com um russo e um norte americano. Estima-se que Moscou tenha cobrado do governo brasileiro cerca de metade do que cobrou do norte-americano para levar Pontes ao espaço, com a intenção de cobrar cooperação de Brasília. O Kremlin enviou há um mês uma proposta para construir o Satélite Geoestacionário Brasileiro e espera ganhar a concorrência. A Agência Espacial Brasileira (AEB) já está estudando a oferta russa, mas ouvirá propostas de outros países. Além disso, Moscou quer estabelecer um acordo para que possa usar a Base de Alcântara, no Estado do Maranhão, para lançar satélites comerciais. Caso isso ocorra, nem o Brasil, nem qualquer outro país poderá ter acesso aos satélites lançados. Em troca, os russos se disponibilizariam a realizar investimentos na Base. Em relação à viagem de Pontes, no dia 07 de fevereiro, a Agência Espacial Brasileira (AEB) egociou com Moscou como será a transmissão das imagens da missão para o Brasil e a comunicação entre o astronauta brasileiro e Brasília. (Folha de S. Paulo – Ciência – 09/02/06; O Estado de S. Paulo – Vida & - 08/02/06; O Globo – Ciência – 09/02/06).

Autoridades brasileiras visitaram a China para negociar restrições

Uma comitiva brasileira, chefiada pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, desembarcou, no dia 09 de fevereiro, em Pequim, para iniciar mais uma rodada de negociações à fim de que a China adote restrições voluntárias às suas exportações. Os produtos têxteis deverão ser novamente o ponto principal da discussão. (O Estado de S. Paulo – Economia – 08/02/06).

Coréia do Sul poderá importar álcool brasileiro

Durante uma cerimônia em Brasília, no dia 06 de fevereiro, o embaixador da Coréia do Sul no Brasil, Kwang Dong Kim, afirmou que o governo de seu país está interessado em importar álcool do Brasil. Segundo Kim, os coreanos estão estudando formas de substituir o petróleo como fonte de energia e têm como primeira opção de fonte alternativa o etanol. Para tanto, a Coréia do Sul pretende fazer uma cooperação com o Brasil. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/02/06).

Amorim declarou que poderá colaborar com governo palestino

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou que o Brasil apoiará qualquer governo na Palestina que apóie a formação e consolidação do Estado palestino e, simultaneamente, queira contribuir com a paz na região do Oriente Médio, respeitando e reconhecendo o Estado de Israel. A declaração de Amorim deu-se após veiculação de uma entrevista com um líder do Hamas – partido que obteve maior número de votos nas eleições legislativas da Palestina –

na qual expressou a intenção de intensificar as relações com países sul-americanos, em especial o Brasil. O Hamas é um movimento islâmico que protagonizou diversos atentados contra israelenses. (Folha de S. Paulo – Mundo – 03/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/02/06).

Brasil votou resolução contrária ao Irã na AIEA

O Brasil, um dos 35 membros da junta de governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), votou a favor da resolução que remeteu o programa nuclear do Irã ao Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A AIEA iniciou reuniões de emergência no dia 02 de fevereiro com o intuito de analisar as ameaças iranianas de retomar seu programa nuclear. O ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, comentou, contudo, que o país reconhece o direito do Irã à pesquisa nuclear pacífica e pediu para que os países do mundo dêem um prazo para que os iranianos recuperem a credibilidade. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita à África, entretanto, defendeu que a via diplomática prevalecesse no caso do Irã e deixou clara a resistência de seu governo de que o assunto fosse levado ao Conselho de Segurança. (Folha de S. Paulo – Mundo – 03/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 05/02/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 06/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/02/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/02/06; O Globo – O Mundo – 03/02/06).

Lula viajou à África

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, desembarcou na África, no dia 08 de fevereiro, onde visitou, inicialmente, a Argélia. Em encontro com o presidente argeliano, Abdelaziz Bouteflika, Lula assinou acordos sobre comércio, transportes marítimos, cooperação técnica em agricultura e regras sanitárias e fitossanitárias. Bouteflika pediu o apoio do Brasil para que a Argélia ingresse na Organização Mundial do Comércio (OMC), criando a oportunidade para que Lula pedisse que o país africano revisse sua posição contrária à ambição brasileira de ampliar o número de membros permanentes no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A comitiva brasileira que acompanhou o presidente, formada pelos ministros Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento), Silas Rondeau (Minas e Energia), Ciro Gomes (Integração Nacional), Agnelo Queiroz (Esporte) e Saraiva Felipe (Saúde), centrou-se em tentar diminuir o déficit para o Brasil no comércio bilateral de US$ 2,4 bilhões e conseguiu que a Argélia assinasse um acordo no qual se comprometeu a definir alíquotas mais baixas para alguns produtos brasileiros. O projeto argelino de investir US$ 60 bilhões em infra-estrutura até 2009 também foi alvo dos representantes brasileiros, em especial a licitação de uma estrada litorânea de 1.200 Km com o custo estimado de US$ 7

bilhões. O presidente brasileiro ainda visitará Benin, Botsuana e África do Sul, onde participará da Cúpula da Governança Progressista, que discutirá o rumo da centro-esquerda no mundo e a Rodada Doha da OMC. (Folha de S. Paulo – Brasil – 07/02/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/02/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 09/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/02/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/02/06; O Globo – O País – 05/02/06; O Globo – O País – 06/02/06; O Globo – O País – 08/02/06; O Globo – O País – 09/02/06).

Banqueiros elogiaram a transparência do Brasil

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF, sigla do nome em inglês), que reúne os principais banco globais, divulgou um estudo no qual o Brasil foi classificado como o país emergente que possui a melhor estrutura de relações com investidores e transparência na divulgação de informações sobre contas públicas e endividamento. O IIF analisou as operações de empréstimos realizadas por cerca de 30 países em razão de seu tamanho, além de suas projeções de financiamentos para 2006. O instituto classificou como satisfatórias a pontualidade e periodicidade na divulgação de informações do governo brasileiro sobre estatísticas fiscais referentes ao Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), empresas estatais, Estados e municípios. (O Estado de S. Paulo - Economia – 07/02/06).

Brasil participou de conferência da OMS

O Brasil participou da primeira conferência sobre tabagismo da Organização Mundial da Saúde (OMS), que teve início no dia 06 de fevereiro. Estiveram presentes representantes de 121 governos que aderiram ao tratado de controle de tabaco. O Brasil ratificou o mesmo apenas no final de 2005. (O Estado de S. Paulo – Vida& – 06/02/06).

Juízes federais aliaram-se à ONU para combater a corrupção no país

A Associação dos Juízes Federais (Ajufe) uniu-se ao Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC) com o objetivo de monitorar os processos sobre corrupção no Brasil. A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão responsável no país por apurar fraudes em contratos de administração e o grupo formado pela associação dos juízes e pelo escritório da ONU pretende acompanhar as ações desde o momento em que forem protocoladas até a decisão final para verificar se houve punição adequada ou não e até mesmo tentar recuperar montantes que tenham sido desviados. O grupo também pretende fazer o levantamento do número de ações que estão em curso e os motivos pelos quais

as investigações sobre as mesmas não progridem. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/02/06).

Prefeito de São Paulo tentou empréstimo nos EUA

O prefeito da cidade de São Paulo, José Serra (PSDB), viajou aos Estados Unidos, no dia 8 de fevereiro, para tentar conseguir um empréstimo junto ao Banco Mundial sem o aval do governo federal. Para contrair financiamentos internacionais, as prefeituras precisam da autorização do Ministério do Planejamento, mas o prefeito argumenta que, em casos de cidades grandes como São Paulo é importante que haja um relacionamento direto com o banco para flexibilizar a liberação das verbas. Segundo Serra, o assunto estaria progredindo no Banco Mundial, mas a instituição não confirmou nem desmentiu a informação. Entretanto, o ministério nega-se à permitir que o empréstimo seja feito, pois a prefeitura da cidade já ultrapassou o limite de capacidade de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/02/06).